

PARECER N.º 1/2025 - CTI-PEP/DRG/PEP/IFSP

Análise dos recursos do **item 15** do Pregão Eletrônico nº 92000/2025:

Recurso 1 - 3D BELLAS:

I – SÍNTESE DA ALEGAÇÃO DO RECORRENTE

A recorrente sustenta que a exigência das certificações **FCC Parte 15 Classe B** e **CE EN 60950** seria ilegal no contexto brasileiro, afirmando suposta “irrelevância” dessas certificações e ausência de previsão legal para sua exigência, defendendo que apenas certificações compulsórias da ANATEL ou do INMETRO poderiam ser requeridas.

Todavia, tal compreensão **não encontra respaldo técnico, normativo ou jurisprudencial**, razão pela qual o argumento deve ser rejeitado.

II – DA POSSIBILIDADE PLENA DE EXIGÊNCIA DE CERTIFICAÇÕES INTERNACIONAIS EM LICITAÇÕES BRASILEIRAS

1. A Lei 14.133/2021 autoriza expressamente a Administração a exigir requisitos técnicos que garantam desempenho, segurança e confiabilidade

O art. 41, III, da Lei 14.133/2021 determina que:

“As especificações técnicas devem buscar a melhor relação entre custo e benefício, podendo incluir exigências de desempenho e qualidade.”

Do mesmo modo, o art. 6º, LV, define “especificação” como:

“descrição detalhada das características essenciais [...] necessárias para garantir o desempenho contratual”.

Logo, **nada impede que o edital exija certificações internacionais**, desde que relacionadas ao **desempenho, segurança elétrica, compatibilidade eletromagnética e confiabilidade dos equipamentos**.

2. As certificações FCC e CE tratam de segurança elétrica e compatibilidade eletromagnética — requisitos diretamente ligados à segurança e desempenho

Embora não sejam certificações compulsórias brasileiras, ambas são internacionalmente reconhecidas:

- **FCC – Parte 15 Classe B:** assegura limites de emissão eletromagnética, prevenindo interferência em redes, rádios, transmissores e equipamentos sensíveis.
- **CE – EN 60950 / EN 62368:** certifica **segurança elétrica**, prevenindo riscos de curto-circuito, superaquecimento e choques elétricos.

Esses requisitos **são altamente relevantes para ambientes institucionais**, como redes internas de CFTV em Institutos Federais, para impedir:

- interferência em switches, APs Wi-Fi e infraestrutura de rede;
- riscos de incêndio, sobretensão ou queima de equipamentos;
- falhas sistêmicas decorrentes de incompatibilidade eletromagnética.

Assim, **a exigência possui clara finalidade técnica e não configura restrição injustificada**.

3. TCU reconhece a legitimidade de exigências técnicas internacionais quando associadas à segurança ou desempenho

O Tribunal de Contas da União já decidiu que:

“É lícita a exigência de normas técnicas internacionais desde que justificadas pela necessidade de desempenho ou segurança do objeto.”

(Acórdão TCU 2.622/2013 – Plenário)

“A adoção de certificações específicas é válida quando a Administração demonstra que estas são essenciais para a adequada execução contratual.”

(Acórdão TCU 1.214/2018 – Plenário)

Portanto, **não há vedação para o uso de normas internacionais no processo licitatório brasileiro**, desde que justificadas — o que ocorre no presente caso.

III – DAS DIFERENÇAS ENTRE CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA E CERTIFICAÇÃO DE DESEMPENHO

O recorrente confunde:

1. Certificação compulsória (ANATEL/INMETRO)

→ Obrigatória quando o produto se enquadra em regulamentação específica.

2. Certificação de desempenho, segurança ou compatibilidade eletromagnética (FCC/CE)

→ **Não é obrigatória**, mas **pode ser livremente exigida pelo edital**, desde que:

- atenda ao interesse público;
- esteja relacionada ao desempenho/segurança do equipamento;
- não configure direcionamento.

Essa distinção é confirmada pelo próprio TCU:

“A inexistência de compulsoriedade não impede a Administração de adotar certificações internacionais como requisito técnico quando pertinentes ao objeto.”

(Acórdão 3.121/2016 – Plenário)

Logo, a **ausência de obrigatoriedade legal não implica impossibilidade de exigência editalícia**.

IV – DA INEXISTÊNCIA DE QUALQUER DIRECIONAMENTO DE MARCA

O recorrente insinua que a presença das certificações favoreceria determinado fabricante. Entretanto:

- FCC e CE são certificações **aceitas mundialmente**, e **inúmeros fabricantes globais** de CFTV — Hikvision, Dahua, Axis, Greatek, Tenda, TP-Link, entre outros — as utilizam em seus produtos.
- A exigência, portanto, **não restringe a um único fornecedor**, tampouco se enquadra nas hipóteses de direcionamento (art. 17, §1º, Lei 14.133/2021).

V. CONSTATAÇÃO DA DIVERGÊNCIA TÉCNICA DO SENSOR

Conforme documentação técnica do fabricante e elementos constantes nos autos do recurso:

- **Sensor exigido:** 1/2.7” CMOS
- **Sensor ofertado:** 1/3.2” CMOS

Essa diferença é **material, mensurável e tecnicamente relevante**, pois sensores menores:

- captam menor volume de luz;
- apresentam pior desempenho em baixa luminosidade;
- produzem maior ruído digital;
- reduzem alcance e fidelidade da imagem.

Assim, **fica caracterizado o NÃO ATENDIMENTO ao Termo de Referência**, independentemente de qualquer análise subjetiva de desempenho.

VI. PARECER TÉCNICO FINAL

CONCLUSÃO

Após a análise do recurso da empresa **3D BELLAS ARTES**, conclui-se que:

1. **Procede a alegação de divergência técnica do sensor de imagem**, pois o equipamento ofertado não atende ao requisito mínimo de **sensor 1/2.7" CMOS** previsto no Item 15 do Termo de Referência.
2. Tal divergência **impede a aceitação da proposta**, por violação objetiva ao edital.
3. As certificações **FCC** e **CE** permanecem **legais, válidas e tecnicamente justificadas**, não sendo o fundamento determinante para o acolhimento do recurso.

PARECER

Opina-se pelo PROVIMENTO PARCIAL do recurso da empresa 3D BELLAS ARTES, EXCLUSIVAMENTE no que se refere ao **descumprimento do requisito de sensor de imagem do Item 15**, mantendo-se:

- a legalidade das exigências de certificações FCC e CE;
- a validade técnica do Termo de Referência;
- a necessidade de julgamento objetivo e vinculado ao edital.

Presidente Epitácio, 10 de dezembro de 2025

Vinicius Reginaldo Lima

Documento assinado eletronicamente.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Vinicius Reginaldo Lima, COORDENADOR(A) - FG2 - CTI-PEP**, em 10/12/2025 08:24:40.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 10/12/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsp.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1081631

Código de Autenticação: 2bab951b91

